

Revista de Literatura,  
História e Memória



Dossiê:

Autoficção: da memória à ficção

ISSN 1983-1498

v. 18 – n. 31 – 2022

UNIOESTE/CASCABEL - p. 138-157

## REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO CHILENO NA ESCRITA AUTOFICCIONAL DE ISABEL ALLENDE

### Reflections on Chilean feminism within Isabel Allende's autofictional writing

Andreia Piechontcoski Uribe Opazo<sup>1</sup>  
Adriana Aparecida de Figueiredo Fiuza<sup>2</sup>

**RESUMO:** Com relação às literaturas de autoria feminina produzidas na América Latina, teóricas como Márcia Hoppe Navarro (1995) e Sara Beatriz Guardía (2013) destacam Isabel Allende por ser uma das primeiras escritoras a serem reconhecidas, ainda na década de 1980 – tanto em número de exemplares vendidos quanto em elogios por parte da crítica literária. Como elemento essencial de sua escritura, Allende busca recontar histórias de mulheres por meio da ficção, colocando-as não apenas como

personagens, mas também como narradoras. Além disso, a produção allendiana é composta por obras narradas em primeira pessoa, nas quais há o uso da escrita literária para analisar e opinar sobre distintos tópicos, como as condições sociais das mulheres na América Latina. Nesse sentido, o artigo pretende analisar comparativamente as obras *Mi país inventado* (2013) e *Mujeres del alma mía* (2020), partindo do conceito de autoficção, criado por Serge Doubrovsky em 1977, e analisado pelas teóricas brasileiras Eurídice Figueiredo (2010) e Anna Faedrich (2014; 2016). O estudo buscou identificar convergências e divergências na configuração (auto)ficcional da mulher em ambas as obras, além de considerar as mudanças sociais que ocorreram no Chile, no período pós-ditatorial, a partir do ano de 1990, e após as manifestações feministas que ocorreram entre 2018 e 2019. Para isso, o embasamento teórico se apoiou em Verónica Feliu (2009); Valentina Saavedra e Javiera Toro (2018); Catherine Reyes-Housholder e Beatriz Roque (2019), que investigam o papel e a condição das mulheres chilenas após os períodos citados, além da influência dos movimentos feministas no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autoficção; Autoria feminina; Feminismo chileno.

**ABSTRACT:** With regard to women's literature produced in Latin America, academics such as Márcia Hoppe Navarro (1995) and Sara Beatriz Guardía (2013) emphasize Isabel Allende on being one of the first authoresses to be recognized, still in the 1980s – both in number of copies sold and in compliments from literary critics. As an essential element of her writing, Allende seeks to retell stories of women through fiction, locating them not only as characters, but also as narrators. Furthermore, Allende's production consists of literary works narrated in the first person, in which there is use of fictional writing to analyze and opine on different topics, such as the societal conditions of women in Latin America. In this sense, the paper aims to comparatively analyze the books *Mi país inventado* (2013) and *Mujeres del alma mía* (2020), stemming from the concept of autofiction, created by Serge Doubrovsky in 1977, and analyzed by Brazilian theorists Eurídice Figueiredo (2010) and Anna Faedrich (2014; 2016). The research sought to identify convergences and divergences within the (auto)fictional configuration of women in both narratives, besides taking into account the social shift that happened in Chile, in the post-dictatorial period, as of 1990, and after the feminist manifestations from 2018 and 2019. Therefore, the theoretical background was based on Verónica Feliu (2009); Valentina Saavedra and Javiera Toro (2018); Catherine Reyes-Housholder and Beatriz Roque (2019), who investigate the

<sup>1</sup> Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membro do Grupo de Pesquisa Crítica Feminista e Autoria Feminina: cultura, memória e identidade da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista CAPES. E-mail: a.piechontcoski@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/110836557881037>.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Letras - Espanhol da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Email: [adrifuza@uel.br](mailto:adrifuza@uel.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3855606167667426>.

roles and conditions of Chilean women following the aforementioned periods, in addition to the influence of feminist movements in the country.

**KEYWORDS:** Autofiction; Women's writing; Chilean feminism.

## INTRODUÇÃO

A literatura produzida por mulheres na América Latina obteve, na década de 1980, uma ampliação – seja por parte do aumento de vendas dessas obras, seja por parte do olhar da crítica literária. Contudo, é evidente o silêncio das vozes femininas, em especial no território latino-americano. Ao longo dos anos, as obras produzidas por mulheres foram prejudicadas como inferiores por não apresentarem articulações temáticas que seriam consideradas, sob uma visão patriarcal e misógina, exclusivamente masculinas.

Nesse cenário, ainda na década de 1980, Isabel Allende, após se autoexilar na Venezuela devido à instalação de um Regime Militar no Chile em 1973, começa sua trajetória como escritora, transitando entre o realismo mágico e o romance histórico, com a recorrência da representação de seu país de origem em sua escrita. Além dos romances, a produção de Allende é composta por obras destinadas ao público infantil e juvenil, bem como narrativas em primeira pessoa. Entre essas obras, destaca-se *Mi país inventado* (2013), publicada inicialmente em 2003, cuja intenção enunciativa seria recordar os períodos em que a autora viveu no Chile e descrever sua terra natal, partindo do lugar de enunciação de uma imigrante latino-americana radicada nos Estados Unidos. Allende utiliza uma estrutura não linear para transpor suas memórias de acordo com temáticas estabelecidas, tais como sua condição de mulher na sociedade chilena.

Quase duas décadas depois, Isabel Allende publica *Mujeres del alma mía* (2020), cujo foco enunciativo se centraliza em recorrer às suas memórias como mulher e, mais especificamente, como mulher feminista latino-americana. Novamente, ela invoca a sua condição em seu país de origem, bem como a condição de outras mulheres cujas histórias se cruzaram com a sua.

Tomando como *corpus* de análise ambas as obras, com base nos preceitos metodológicos estabelecidos pela literatura comparada, tal como postulado por Tania Franco Carvalhal (2006), realizou-se, em um primeiro momento, uma contextualização da escrita literária produzida por mulheres na América Latina e a localização de Allende nesse cenário, segundo Márcia Hoppe Navarro (1995) e Sara Beatriz Guardía (2013); para que, na sequência, evidencie-se o papel e a intenção da escrita autoficcional produzida por mulheres, com amparo

teórico em Eurídice Figueiredo (2010). Ainda, ambas as obras de Allende foram investigadas sob os conceitos atribuídos por Serge Doubrovsky, em 1977, em relação ao gênero autoficção, além das análises de Anna Faedrich (2014; 2016).

Em um segundo momento, apontamentos da historiografia foram destacados em relação às mudanças nas condições sociais e políticas das mulheres no Chile, tendo como ponto de partida a análise dos processos do movimento feminista no país, com base em Verónica Feliu (2009), Valentina Saavedra e Javiera Toro (2018), bem como em Catherine Reyes-Housholder e Beatriz Roque (2019). As análises referentes à maneira como Allende representa tais condições sociais e políticas das mulheres chilenas foram observadas paralelamente ao levantamento de dados historiográficos, a fim de demonstrar como o discurso da história se aproxima do discurso que a narradora/autora retratou em suas duas autoficções, com enfoque nas convergências e divergências entre as obras.

## **AUTORIA FEMININA E AUTOFICÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

Discorrer sobre a autoria feminina surge, geralmente, da necessidade de recuperar as tantas vozes femininas que foram silenciadas ao longo da história. Tal como mencionado por Márcia Hoppe Navarro (1995), ao analisar a história do mundo, há sempre a constatação de uma dificuldade em fazer com que essas vozes sejam autônomas, visto que foram silenciadas e apagadas durante muito tempo. Com relação ao campo da literatura, a teórica constata que um dos motivos para esse silenciamento é o fato de que a literatura feita por mulheres era considerada, sob uma ótica falocêntrica, inferior, pois destinava-se apenas às questões voltadas ao ambiente doméstico ou aos assuntos íntimos femininos. Isso resultou na premissa de que essa escrita não fosse “colocada na mesma posição da literatura produzida por homens, cujo envolvimento com questões ‘importantes’, isto é, com a política, história e economia foi sempre assumida sem discussão.” (NAVARRO, 1995, p. 13).

Sara Beatriz Guardía (2013) considera que a literatura escrita por mulheres foi, e ainda é, realizada em sociedades hierarquizadas e com estruturas patriarcais – sobretudo no contexto latino-americano, cuja colonização, por parte de espanhóis e portugueses, agregou tal silenciamento com a exclusão e a marginalização das mulheres, principalmente daquelas não brancas ou letradas. Nesse sentido, em conformidade com a visão de Navarro (1995), destaca-se que a literatura produzida por mulheres na América Latina sempre teve uma preocupação com a sua própria história.

Cronologicamente, Navarro (1995) ressalta que foi apenas durante a década de 1980

que, na América Latina, houve um aumento significativo de obras escritas por mulheres – no sentido de um maior número de publicações e de maior visibilidade pela crítica literária. A partir desse período, as produções de mulheres no território passaram a apresentar uma reavaliação da história por meio de uma ótica feminista, o que permitiria a avaliação de padrões comportamentais da sociedade.

Contudo, Navarro (1995) destaca que a voz das mulheres latino-americanas, de forma geral, continua silenciada, embora muitos avanços tenham ocorrido de maneira a aumentar a participação de mulheres: seja nas esferas políticas, seja nas econômicas. Segundo Guardía (2013), tal argumentação se relaciona à associação da escrita literária produzida por mulheres como um espaço de libertação, de autorreconhecimento e de redefinições, “mediante as diferentes formas de representação que assume a pluralidade das vozes literárias femininas, ausentes de um cânone quase exclusivamente masculino.” (GUARDÍA, 2013, p. 16).

A respeito da produção literária a partir dos anos 1980, tanto Navarro (1995) quanto Guardía (2013) ponderam que a escrita realizada por mulheres direcionou seu olhar e suas temáticas a assuntos antes considerados masculinos, assumindo uma perspectiva distinta, ao trazer para o campo literário suas próprias visões de mundo. As narrativas partiriam de suas próprias experiências, que se tornam “modos de expressão únicos, enriquecendo os relatos históricos.” (NAVARRO, 1995, p. 15). Diante disso, a contextualização do cenário da produção literária de mulheres durante a década de 1980 é necessária, uma vez que é nele que a escritora chilena Isabel Allende lança, em 1982, sua primeira obra, intitulada *La casa de los espíritus*.

Em seu repertório, Allende produziu – e segue produzindo – distintos romances que dialogam com a história latino-americana e algumas obras escritas em primeira pessoa. Nesta categoria, sua primeira produção se intitula *Paula*, publicada em 1994; sendo sucedida, em 2003, por *Mi país inventado* ([2003] 2013) e *Mujeres del alma mía* (2020).

Tanto na obra de 2003 quanto na de 2020, Allende narra em primeira pessoa algumas passagens de sua vida, embora ambas as narrativas não segam uma cronologia linear, nem foquem apenas no narrador/autor/personagem, fazendo com que seja apropriado compreender tanto *Mi país inventado* (2013) quanto *Mujeres del alma mía* (2020) como pertencentes ao gênero autoficção. Outra hipótese levantada sobre o enquadramento no gênero procede da interpretação de seus respectivos títulos: enquanto a primeira obra apresenta o adjetivo “*inventado*”, a segunda apresenta o complemento nominal “*del alma*” – e, portanto, é possível interpretar que ambos os títulos invocam a subjetividade e o imaginário. Isso leva o leitor a intuir que o que está sendo narrado, embora esteja em primeira pessoa, não teria um compromisso com a verdade e com o real, por se tratar de uma ficção inspirada em sua própria

vida, ou melhor: uma autoficção.

A respeito do termo “autoficção”, Anna Martins Faedrich (2014; 2016) discorre que os estudos acerca desse gênero foram realizados inicialmente na França, nomeado pela primeira vez em 1977, pelo romancista e teórico Serge Doubrovsky. A autora destaca que os estudos de Doubrovsky surgem a partir da reflexão sobre o conceito de “autobiografia” e os estudos do teórico Philippe Lejeune, podendo a autoficção se configurar como um gênero híbrido, cuja marca seria a indecibilidade, ou seja: um gênero que não é totalmente determinado, pois ora está para a ficção e ora para a autobiografia, transitando entre essas fronteiras.

Dessa forma, apoiada nos estudos de Doubrovsky, Faedrich (2014) identifica que uma das principais diferenças entre autobiografia e autoficção seria que a primeira é destinada à escrita de uma personalidade importante, enquanto a segunda englobaria mais opções de histórias a serem contadas. Compreende-se que, embora Isabel Allende seja, hoje, uma expoente da literatura latino-americana, suas memórias estariam mais direcionadas a contar não só a sua experiência, como também narrar uma experiência coletiva. Tal recurso memorialístico é perceptível em *Mi país inventado* (2013), quando a narradora/autora menciona que se baseia nas histórias de sua própria família para demonstrar características positivas e negativas dos chilenos, apontando que: “*Como método científico puede ser objetable, pero desde el punto de vista literario tiene algunas ventajas.*”<sup>3</sup> (ALLENDE, 2013, p. 23). As “vantagens” citadas pela narradora/autora poderiam ser interpretadas pelo fato de que o fazer literário não precisa estabelecer um compromisso com a verdade, pois se trata de ficção.

Além disso, Faedrich (2014) considera que, para Doubrovsky, a narrativa autoficcional não se trataria de uma cópia do momento vivido e, sim, de uma recriação por meio da escrita: “O teórico francês marca, assim, outra diferença entre autoficção (+ invenção, + recriação) e autobiografia (- invenção, + fiel aos acontecimentos).” (FAEDRICH, 2014, p. 24).

Ainda em *Mi país inventado* (2013), a narradora/autora destaca que há acontecimentos sobre os quais ela não teria “*contornos precisos, están esfumados, como si mi vida hubiera sido sólo una sucesión de ilusiones, de imágenes fugaces, de asuntos que no comprendo o que comprendo a medias.*”<sup>4</sup> (ALLENDE, 2013, p. 55). Demonstra, dessa forma, que muito do que ela escreve acerca de seu passado pode ter sido ficcionalizado ou não, devido à fragilidade de sua memória, fazendo com que o leitor se questione acerca do que seria invenção e do que seria

---

<sup>3</sup> Tradução de Mario Pontes: Isso pode ser criticado como método científico, mas do ponto de vista literário tem algumas vantagens (ALLENDE, 2014, p. 42).

<sup>4</sup> Tradução de Mario Pontes: [...] um contorno preciso, estão esfumados, como se a minha vida não tivesse passado de uma sucessão de ilusões, de imagens fugazes, de assuntos que eu não compreendo ou que compreendo apenas pela metade. (ALLENDE, 2014, p. 103).

recriação dessas memórias.

Ademais, Faedrich (2014, p. 24) avalia a autoficção como “parte do fragmento, não exige início-meio-fim nem linearidade do discurso”. Assim, o autor/narrador teria uma liberdade para escrever determinado período de sua vida, podendo elaborar recortes e adaptações daquilo que vivenciou, além de transitar entre o passado e o presente. Essa não linearidade da narrativa é visível logo no início da obra *Mujeres del alma mía* (2020), no qual a narradora/autora enuncia que:

*No exagero al decir que fui feminista desde el kindergarten, antes de que el concepto se conociera en mi familia. Nací en 1942, así es que estamos hablando de la remota antigüedad. Creo que mi rebeldía contra la autoridad masculina se originó en la situación de Panchita, mi madre, a quien su marido abandonó en el Perú con dos niños en pañales y un recién nacido en los brazos.*<sup>5</sup> (ALLENDE, 2020, p. 4).

Embora a narradora/autora mencione a data de seu nascimento, anterior a isso ela enuncia o momento em que se afirmou como feminista e, logo na sequência, o período de sua vida em que começou a ser contra o autoritarismo imposto pelos homens. Portanto, o trecho indica que a narrativa não seguirá uma ordem cronológica, uma vez que os enunciados transitam entre períodos distintos da vida da narradora/autora, seguindo a temática por ela determinada: o feminismo.

A partir da identificação da intenção dessa construção de enunciados, presente na obra de Allende, recorre-se aos estudos de Eurídice Figueiredo (2010) em relação à autoficção escrita por mulheres, que destacam que, a partir da década de 1990, houve um grande número de publicações do gênero escritas por mulheres. Eurídice alega, ainda, que a autoficção produzida por mulheres seria capaz de refletir “os impasses existentes em relações desiguais que as mulheres têm com os homens em nossa sociedade” (FIGUEIREDO, 2010, p. 101). Destaca-se que, embora a teórica, em suas análises, refira-se à produção autoficcional e à exposição da sexualidade e do erotismo presente em obras de escritoras canadenses e francesas, é possível aplicar tal seguimento ao analisar as duas obras de Allende, principalmente, no que tange às suas reflexões e memórias sobre as condições das mulheres chilenas.

Retomando os preceitos de Navarro (1995) e Guardía (2013) sobre o silêncio das vozes

---

<sup>5</sup> Tradução de Ivone Benedetti: Não exagero ao dizer que fui feminista desde o jardim de infância, antes que o conceito fosse conhecido em minha família. Nasci em 1942, portanto estamos falando da remota antiguidade. Acredito que minha rebeldia contra a autoridade masculina teve origem na situação de Panchita, minha mãe, abandonada pelo marido no Peru com dois filhos pequenos e um recém-nascido nos braços. (ALLENDE, 2020, p. 7).

femininas, a escrita autoficcional contribui ao oferecer respostas aos silenciamentos. A narradora/autora abrangeria visões e experiências que não são apenas suas; mas que são, também, de outras mulheres, sobre temáticas que ainda estão sendo discutidas no âmbito jurídico – como a equivalência de direitos e a violência doméstica. Uma possível justificativa para a escolha das autoras pelo gênero autoficcional, é identificada por Figueiredo (2010, p. 101), ao explicar que é devido ao fato de que ele possibilita a criação de “um duplo de si que essas escritoras podem expor-se, com seu próprio nome, nessas formas de autoficção, desvelando assuntos tabus”. A autora destaca que a autoficção possibilitaria a recriação das experiências das mulheres sem que haja um pacto com a verdade.

Além disso, cabe mencionar que os estudos a respeito da autoficção ainda estão sendo debatidos e questionados, diferenciando-se, inclusive, dos pressupostos estipulados por Doubrovsky em 1977. Nesse sentido, Faedrich (2016) apresenta o estudo proposto pelo teórico Vicent Colonna, o qual identifica que a autoficção se dá de distintas maneiras, sendo possível classificá-la de quatro formas: fantástica, biográfica, especular e intrusiva.

Para analisar as duas obras de Allende, constatou-se que ambas transitam entre três desses tipos estabelecidos de autoficção. O primeiro seria a autoficção biográfica, pois, segundo Faedrich (2016, p. 41), nesse tipo, “o escritor é sempre o herói da sua história e fabula sua existência a partir de dados reais. Colonna afirma que o leitor compreende que se trata de um ‘mentir-verdadeiro’ (*mentir-vrai*), de uma distorção a serviço da veracidade”. Logo, tanto *Mi país inventado* (2013) quanto *Mujeres del alma mía* (2020) se enquadram como autoficção biográfica, visto que a narradora/autora parte de dados reais de sua vida – por exemplo: o abandono do pai, a infância no Chile na casa dos avós, o período que trabalhou na revista feminista *Paula* – para recriar sua história.

O segundo tipo poderia ser analisado como autoficção especular, nomeado por Faedrich (2016) como “metáfora do espelho”, pois a verossimilhança do texto estaria posta em segundo plano, não sendo o narrador/autor o centro da narrativa. Tal momento pode ser ilustrado em *Mi país inventado* (2013) quando a narradora/autora descreve, por exemplo, passagens que vivenciou junto a mulheres da família, denunciando a violência sofrida por elas. Paralelamente, em *Mujeres del alma mía* (2020), isso se vê quando a narradora/autora centra a narrativa nas histórias de mulheres que conheceu por meio de sua fundação filantrópica.

Por último, as autoficções de Allende podem ser intrusivas, como afirma Faedrich (2010): o narrador/autor seria visto como um contador de histórias, figurando-se não como um personagem da narrativa. Tais momentos são visíveis em ambas as narrativas, quando a narradora/autora discorre sobre a condição das mulheres no Chile. Na obra *Mi país inventado*

(2013), o tempo narrativo evoca tanto o passado quanto o período pós-ditatorial, a partir da década de 1990; e, em *Mujeres del alma mía* (2020), o tempo narrativo evoca o passado e o atual cenário feminista chileno, a partir de 2018.

## ASPECTOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO FEMINISTA CHILENO EM DIÁLOGO COM O DISCURSO AUTOFICCIONAL DE ALLENDE

Em ambas as autoficções de Isabel Allende, a narradora/autora destaca que o Chile, para muitos, “[...] *es un patriarcado*”<sup>6</sup> (ALLENDE, 2013, p. 24; 2020, p. 10). Tal alegação, segundo a narradora/autora, origina-se no fato de que a mulher chilena seria o pilar tanto da família quanto da comunidade. Contudo, apesar do dito popular, a narradora/autora contesta tal afirmação, ao alegar que:

*Son más interesantes que la mayoría de los hombres, pero eso no quita que vivan en un patriarcado sin atenuantes. En principio el trabajo o el intelecto de una mujer no se respecta; nosotras debemos hacer el doble de esfuerzo que cualquier hombre para obtener la mitad de reconocimiento. ¡Ni qué decir en el campo de la literatura! Pero no vamos a hablar de eso, porque me sube la presión.*<sup>7</sup> (ALLENDE, 2013, p. 24).

*Los hombres controlan el poder político y económico, proclaman las leyes y las aplican a su antojo y en caso de que eso no sea suficiente, interviene la Iglesia con su consuetudinario sello patriarcal. Las mujeres solo mandan en su familia...a veces.*<sup>8</sup> (ALLENDE, 2020, p. 10-11).

Compreende-se que a narradora/autora evidencia que o Chile é um país, tal como outros no contexto latino-americano, no qual as mulheres ainda lutam pela igualdade de seus direitos e por mais representatividade. Nesse sentido, torna-se necessária a investigação historiográfica do movimento feminista chileno ao longo dos anos, destacando sua atuação durante três períodos: o Regime Militar, a transição democrática e o despertar da revolta a partir do movimento *Mayo feminista*, de 2018, dialogando com as passagens descritas pela narradora/autora nas duas autoficções.

---

<sup>6</sup> Traduções de Mario Pontes (2014) e Ivone Benedetti (2020): [...] é um patriarcado (ALLENDE, 2014, p. 73; ALLENDE, 2020, p. 14)

<sup>7</sup> Tradução de Mario Pontes: Assim, são mais interessantes que a maioria dos homens, mas isso não impedem que continuem a viver em um patriarcado sem atenuantes. Por princípio, o trabalho e o intelecto da mulher não devem ser respeitados; devemos fazer o dobro do esforço de qualquer homem para obter a metade do reconhecimento por ele alcançado. E nem precisamos falar do que acontece no campo da literatura! Só de falar desse assunto minha pressão começa a subir. (ALLENDE, 2014, p. 73-74).

<sup>8</sup> Tradução de Ivone Benedetti: Os homens controlam o poder político e econômico, proclamam as leis e as aplicam como bem entendem, e, caso isso não seja suficiente, a Igreja intervém com sua costumeira marca patriarcal. As mulheres só mandam em suas respectivas famílias...às vezes. (ALLENDE, 2020, p. 14).



Segundo Verónica Felio (2009), durante o período do Regime Militar – em vigor no país entre os anos de 1973 e 1990 –, originou-se um movimento de mulheres que buscavam sua resistência em duas vias: ao governo e ao sistema patriarcal, unindo-se a partidos políticos que lutavam pela volta à democracia. A autora ainda destaca que, distinguindo-se dos movimentos feministas presentes nos Estados Unidos e na Europa, o movimento chileno se identificará, primeiramente, como um “movimento de mulheres”, pois, “[...] *para acceder en el discurso, tanto como en el accionar, a aquellas actoras que no se identificaban con los postulados del feminismo pero sí con el llamado libertador (bajo el lema de ‘democracia en el país y en la casa’*”<sup>9</sup>) (FELIU, 2009, p. 702).

Nesse sentido, Marcela Ríos Tober, Lorena Catalán Godoy e Elizabeth Caviedes Guerrero ([2003] 2020) explicam que é importante diferenciar os movimentos de mulheres dos movimentos feministas, uma vez que o primeiro grupo se concretiza com a participação das mulheres no sistema público e na política, independentemente de sua posição identitária ou ideológica. Isso o difere do feminismo, que estaria mais relacionado a uma luta com caráter identitário sobre as relações entre os gêneros e os mecanismos sob os quais essas relações ocorrem.

Em *Mujeres del alma mía* (2020), a narradora/autora relata conflitos que compartilhava com sua mãe desde a infância até a vida adulta. Entre esses conflitos, a narradora/autora relata que sua mãe criticava seu caráter e suas ideias pouco convencionais, principalmente, aquelas que dialogavam com as implicações ideológicas do feminismo, alegando que isso traria, como consequência, a falta de um marido. A narradora/autora reflete, ao longo da obra, que o machismo também afetou sua mãe e que havia sido um erro de sua parte convencê-la a se identificar como feminista, uma vez que elas eram de gerações distintas:

*Panchita nació veinte años antes que yo y no alcanzó a elevarse con la ola del feminismo. Entendió el concepto y creo que lo deseaba para sí misma, al menos en teoría, pero demandaba demasiado esfuerzo. Le parecía una utopía peligrosa que acabaría por destruirme. Habrían de pasar casi cuarenta años para que comprendiera que lejos de destruirme, me había forjado y me permitió hacer casi todo lo que me propuse. A través de mí, Panchita pudo realizar algunos de sus sueños. A muchas hijas nos ha tocado vivir la vida que nuestras madres no pudieron vivir.*<sup>10</sup> (ALLENDE, 2020, p. 24).

<sup>9</sup> Tradução nossa: [...] para ascender no discurso, tal como no acionar, àquelas atrizes que não se identificavam com os postulados do feminismo, mas sim com o chamado libertador (sob o lema de ‘democracia no país e na casa’ (FELIU, 2009, p. 702).

<sup>10</sup> Tradução de Ivone Benedetti: Panchita nasceu vinte anos antes de mim e não conseguiu elevar-se com a onda do feminismo. Entendeu o conceito e acho que desejava para si, ao menos em teoria, mas o esforço necessário era demasiado. Ele lhe parecia uma utopia perigosa que acabaria por me destruir. Haveriam de passar quase quarenta anos para ela entender que, em vez de me destruir, o feminismo me forjava e me possibilitara quase tudo que eu

Tal relato dialoga com o que Feliu (2009), Ríos, Godoy e Guerrero (2020) apresentam sobre as distinções entre o movimento feminista e o movimento de mulheres, que, embora almejassem os mesmos direitos e as mesmas mudanças, divergiam em articulações ideológicas. É possível visualizar, por meio da autoficção de Allende, que essa divergência procederia, de certa forma, de uma distinção entre gerações. Contudo, também se compreende que a narradora/autora reforça que foi graças às concepções feministas que tanto ela quanto sua mãe puderam realizar conquistas, uma vez que a luta do feminismo é em prol de todas as mulheres.

Com o anúncio do fim do período ditatorial, a década de 1990 ficou marcada, segundo Feliu (2009), pela dispersão do movimento de mulheres, uma vez que o inimigo em comum entre as diferentes vertentes havia sido derrotado – além do fato de que muitas mulheres acabavam não se identificando com o movimento feminista em si. Ademais, a autora aponta que houve uma separação entre as mulheres que se identificavam como feministas: uma parte buscou por se institucionalizar, enquanto outras buscaram a alternativa de se tornarem autônomas. Por conseguinte, Valentina Saavedra e Javiera Toro (2018) evidenciam que, a partir da criação da *Concentración de Partidos por la Democracia*, incorporou-se, no Chile, um pacto neoliberal que enfraqueceu as articulações não apenas do movimento feminista, mas das demais articulações sociais.

Houve, assim, segundo Feliu (2009) e Saavedra e Toro (2018), um processo separatista entre sociedade e política que, como consequência, reduziu os debates públicos, bem como fracionalizou e setorizou os movimentos sociais, fazendo com que as mulheres fossem vistas como um grupo alheio ao contexto e aos interesses da sociedade. A respeito da institucionalização do movimento feminista, Saavedra e Toro (2018) afirmam que, como ocorreu de forma setorizada, tornou-se senso comum que os interesses dos distintos grupos de mulheres fossem os mesmos, alegando que era como se “[...] *las mujeres empresarias y las pobladoras sin casas tuviesen perspectivas similares de la sociedad que apostaban a construir*<sup>11</sup>” (SAAVEDRA; TORO, 2018, p. 141).

Referente às distintas perspectivas do feminismo chileno, Feliu (2009) discorre que houve o medo de que o movimento regressasse aos discursos considerados de cunho marxista, ou seja: os discursos sobre classes, que estiveram presentes durante o período que antecedeu o

---

me propusera. Por meu intermédio, Panchita pôde realizar alguns de seus sonhos. A muitas de nós, filhas, coube viver a vida que nossas mães não puderam viver. (ALLENDE, 2020, p. 28).

<sup>11</sup> Tradução nossa: [...] as mulheres empresárias e as moradoras sem casa tivessem perspectivas semelhantes da que apostavam construir (SAAVEDRA; TORO, 2018, p. 141).

Golpe Militar. A pesquisadora comenta que questões envolvendo raça, no Chile, foram excluídas do discurso feminista durante esse período, ao contrário do que se sucedia em outros países latino-americanos. Ainda sobre essa falta de debate, a autora alega que o pensamento chileno possuía uma centralização – sendo a capital do país, Santiago, o eixo e modelo das demais regiões do país –, desaparecendo, dessa forma, “[...] *la referencia a otras regiones, otras perspectivas, otras realidades raciales, culturales y sociales, muchas veces queda fuera, también, la comparación con otros países de la región.*”<sup>12</sup> (FELIU, 2009, p. 706).

Questões sociais envolvendo classe, raça e regionalidade não seriam excluídas apenas dos discursos feministas chilenos, senão também de outros discursos. Tal alegação fica evidente em *Mi país inventado* (2013, p. 36), quando a narradora/autora compara metaforicamente a sociedade chilena a um “*pastel milhojas*”<sup>13</sup>, na qual cada indivíduo estaria determinado em seu lugar e em sua classe – que seriam, segundo a narrativa, marcados pelos dois sobrenomes que acompanhavam o indivíduo. Essa análise da sociedade chilena é repassada pela narradora/autora em *Mujeres del alma mía* (2020, p. 21), a qual rebate a visão que outros países teriam do Chile, considerado, antes do ano de 2019, “[...] *el oasis de América Latina, un país próspero y estable en un continente sacudido por vaivenes políticos y violencia*”<sup>14</sup>; mas que, na realidade, havia desde o período da ditadura militar a imposição de um modelo econômico neoliberal com fortes desigualdades sociais, e que, segundo a narradora/autora, “*Las cifras económicas optimistas no mostraban la distribución de los recursos ni el hecho de que la desigualdad en Chile es una de las más altas del mundo.*”<sup>15</sup> (ALLENDE, 2020, p. 21).

Com relação à questão racial, em *Mi país inventado* (2013), é reforçado o silenciamento sobre raça ao longo dos discursos proferidos pela sociedade chilena, alegando que:

*Crecí con el cuento de que en Chile no hay problemas raciales. No me explico cómo nos atrevemos a repetir semejante falsedad. No hablamos de racismo, sino de «sistema de clases» (nos gustan los eufemismos), pero son prácticamente la misma cosa. No sólo hay racismo y/o clasismo, sino que están enraizados como muelas.*<sup>16</sup> (ALLENDE, 2013, p. 30).

---

<sup>12</sup> Tradução nossa: [...] a referência de outras regiões, outras perspectivas, outras realidades raciais, culturais e sociais, muitas vezes fora, também, da comparação com outros países da região. (FELIU, 2009, p. 706).

<sup>13</sup> Tradução de Mario Pontes: pastel de mil-folhas (ALLENDE, 2014, p. 55.).

<sup>14</sup> Tradução de Ivone Benedetti: [...] o oásis da América Latina, país próspero e estável num continente sacudido por vaivéns políticos e por violência (ALLENDE, 2020, p. 25).

<sup>15</sup> Tradução de Ivone Benedetti: Os números econômicos otimistas não mostravam a distribuição dos recursos nem o fato de que a desigualdade no Chile é uma das maiores do mundo. (ALLENDE, 2020, p. 25).

<sup>16</sup> Tradução de Mario Pontes: Cresci ouvindo a balela de que no Chile não há problemas raciais. Não tenho explicação para o fato de nos atrevermos a repetir tal falsidade. Não falamos de racismo e sim de ‘sistemas de classes’ (gostamos dos eufemismos, mas tudo é a mesma coisa. Não apenas há racismo e/ou classismo, mas o fato é que ambos estão enraizados como se fossem marcos. (ALLENDE, 2014, p. 56).

Percebe-se que o silenciamento da representatividade de raça e classe no movimento feminista chileno, tal como afirma Feliu (2009), não seria uma questão exclusiva, uma vez que há essa falta de voz oriunda de outros âmbitos da sociedade. A narradora/autora reforça sequencialmente que é necessário expandir essa temática em direção ao diálogo com as demais esferas sociais, visto que ainda atinge boa parte da população.

As autoficções também abordam a forte influência do catolicismo no Chile. Em *Mi país inventado* (2013), há um capítulo intitulado “*A dios rogando*”, em que a narradora/autora descreve os costumes religiosos que perpassam seu país. Embora seja um país majoritariamente católico, ela relata que há uma proliferação de outras religiões e credos em todas as classes sociais. Com relação à sua própria experiência com a religião, a narradora/autora deixa explícito – tanto em *Mi país inventado* (2013) quanto em *Mujeres del alma mía* (2020) – que deixou de pertencer à Igreja Católica ao discordar de práticas que afetavam o direito das mulheres, conforme visto nos seguintes trechos:

*A los quince años me alejé para siempre de la Iglesia y adquirí horror por las religiones en general y las monoteístas en particular. No estoy sola en este predicamento, muchas mujeres de mi edad, guerrilleras de la liberación femenina, tampoco se sienten cómodas en las religiones patriarcales —¿hay alguna que no lo sea? — y han debido inventar sus propios cultos, aunque en Chile siempre tienen un tinte cristiano.*<sup>17</sup> (ALLENDE, 2013, p. 44).

*A los quince años me alejé de la Iglesia para siempre, no por falta de fe en Dios – eso vino más tarde –, sino por el machismo inherente a toda organización religiosa. No puedo ser miembro de una institución que me considera una persona de segunda clase y cuyas autoridades, siempre hombres, imponen sus reglas con la fuerza del dogma y gozan de impunidad.*<sup>18</sup> (ALLENDE, 2020, p. 25).

Nota-se que, na última obra, a narradora/autora deixa mais explícito seu posicionamento contra a Igreja Católica, evidenciando, nesse sentido, uma liberdade maior de se afirmar contra a religião, bem como contra tudo o que essa entidade representa na sociedade patriarcal latino-americana.

---

<sup>17</sup> Tradução de Mario Pontes: Aos quinze anos afastei-me para sempre da Igreja e adquiri horror pelas religiões em geral e as monoteístas em particular. Não sou a única a manter essa posição, muitas mulheres também não se sentem à vontade nas religiões patriarcais – existe alguma que não seja? – e tiveram de inventar seus próprios cultos, embora no Chile eles sempre tragam uma pincelada de cristianismo. (ALLENDE, 2014, p. 85-86).

<sup>18</sup> Tradução de Ivone Benedetti: Aos quinze anos me afastei da Igreja para sempre, não por falta de fé em Deus – isso veio mais tarde –, mas por causa do machismo inerente a toda organização religiosa. Não posso ser integrante de uma instituição que me considera pessoa de segunda classe e cujas autoridades, sempre homens, impõem suas regras com a força do dogma e gozam de impunidade. (ALLENDE, 2020, p. 29).

A institucionalização do feminismo, de acordo com Saavedra e Toro (2018), trouxe algumas conquistas em relação aos direitos das mulheres, por exemplo a lei do divórcio e a despenalização da sodomia<sup>19</sup>. Em relação à conquista de direitos com a chegada da democracia, Feliu (2009) discorre que qualquer debate que chegasse ao espaço público estava sujeito ao pacto estabelecido a favor de uma “democracia protegida”. A autora relata que diversos opositores ao Regime Militar se uniram a setores como os militares e a Igreja Católica, considerada uma instituição com voz ativa no impasse acerca das discussões de gênero e corpo que transitavam pela ordem jurídica, e que a sua presença e interferência também são refletidas ao longo do discurso autoficcional de Allende (2013, 2020).

Ademais, tanto Feliu (2009) quanto Saavedra e Toro (2018) apontam um período de “silêncio feminista”, entre a segunda metade dos anos 1990 até os anos 2010, no qual houve pouca articulação dos movimentos feministas chilenos. Sobre a expressão, Ríos, Godoy e Guerrero (2020, p. 77) analisam que a presente metáfora teria um sentido voltado ao simbólico, indicando uma “[...] *aparente ausencia de un acto político feminista una vez recuperado el tan añorado sistema democrático.*”<sup>20</sup> Saavedra e Toro (2018) destacam que, ao longo dos anos, esse “silêncio” seria capaz de incomodar mais ainda, analisando o cenário contemporâneo como uma forma de “[...] *recuperar el acumulado histórico de la movilización social y política de miles de feministas que durante décadas demandaron un país más democrático y libre*”<sup>21</sup> (SAAVEDRA; TORO, 2018, p. 142). O cenário ao qual as autoras se referem inicia a partir do ano de 2018, em que, no mês de maio, ocorreram grandes manifestações feministas no Chile.

Como precursores dessas manifestações estariam fatores além do silenciamento dos anos anteriores. Saavedra e Toro (2018) apontam três eventos como o estopim das manifestações: um caso de estupro e abuso contra uma jovem após a tradicional festa de San Fermín, na Espanha; um caso semelhante ocorrido na saída de uma estação de metrô, no Chile; e a morte da vereadora brasileira Marielle Franco<sup>22</sup>, cuja investigação ainda não apresentou

---

<sup>19</sup> De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2015, p. 60), foi apenas em 1999 que, no Chile, houve a alteração da lei que penalizava a sodomia no país desde o ano de 1874 pelo Código Penal, observando ainda que: “[...] apesar destas leis não tratarem especificamente de atos sexuais entre mulheres, os preconceitos predominantes nestas sociedades contra as sexualidades não normativas colocam em risco as mulheres.”. (Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022).

<sup>20</sup> Tradução nossa: “[...] aparente ausência de um ator político feminista uma vez recuperado o tão admirado sistema democrático. (RÍOS; GODOY; GUERRERO, 2020, p. 77).

<sup>21</sup> Tradução nossa: “[...] recuperar o acumulado histórico da mobilização social e política de milhares de feministas que durante décadas demandaram um país mais democrático e livre. (SAAVEDRA; TORO, 2018, p. 142).

<sup>22</sup> “[...] mulher, negra, mãe, filha, irmã, esposa e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes”. (Disponível em:

culpados.

Além disso, Catherine Reyes-Housholder e Beatriz Roque (2019) resgatam o fato de que o aumento das manifestações feministas no Chile ocorreu dois anos antes, por estarem relacionadas ao movimento #NiUnaMenos, iniciado em 2015 na Argentina e difundido por várias partes da América Latina. Soma-se, também, a influência do movimento #MeToo, iniciado no meio artístico dos Estados Unidos, que, conforme apontam as autoras, incentivou atrizes chilenas a denunciarem abusos cometidos por grandes diretores. As denúncias foram potencializadas após a entrega do Oscar ao filme chileno *Una mujer fantástica* (2017), o que fez com que atenções nacionais e internacionais se voltassem ao fortalecimento dos projetos legislativos relativamente à identidade de gênero no país.

Tanto Saavedra e Toro (2018) quanto Reyes-Housholder e Roque (2019) analisam que o protesto do movimento feminista, em maio de 2018, foi organizado, inicialmente, por acadêmicas chilenas e difundido por meio das mídias de comunicação, sendo considerado a maior manifestação da história do Chile até aquele momento. Ademais, Reyes-Housholder e Roque (2019) apontam que houve uma heterogeneidade política e ideológica, ou seja, a participação de distintas vertentes do feminismo presentes na manifestação; e que, embora houvesse diferenças entre os discursos e questionamentos por parte das manifestantes, algumas temáticas se unificaram, com destaque do posicionamento contra a violência de gênero e a educação sexista.

A respeito da violência de gênero, Saavedra e Toro (2018) indicam que essa temática ressurgiu como uma tendência de debate mundial devido à sua naturalização, causando revoltas no Chile, uma vez que, durante anos, essa discussão havia ficado invisível perante a diversos setores políticos e sociais. Nesse sentido, Feliu (2009), posteriormente às constatações das autoras contemporâneas, realiza um levantamento histórico da legislação chilena contra a violência de gênero. O estudo evidencia que, no ano de 1994, foi promulgada a lei referente à “violência intrafamiliar” – atualizada quase uma década mais tarde, em 2005 –, o que determinou esse tipo de violência como um delito e criou órgãos de apoio a mulheres, como os *Tribunales de Familia* e as *Casas de Acogida*.

Embora tenham ocorrido essas alterações legislativas, Feliu (2009) analisa que, ainda em 2008, existiam travas judiciais impostas a mulheres que sofriam abusos sexuais ou físicos: esses crimes eram os dois únicos que, no Chile, deveriam passar pelo *Tribunal de Familia* antes de se converterem em delito. A teórica aponta que, apenas se tal órgão qualificasse o

---

<https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>. Acesso em: 07 mar. 2022).

acontecimento como um delito, a mulher passaria a ter direito de ser acolhida em um outro órgão de assistência. Contudo, a lei explicitava que: “[...] *si la mujer abandona el hogar en la noche no puede acceder a la protección del Estado, ya que no se ha determinado un crimen en su contra.*”<sup>23</sup> (FELIU, 2009, p. 712). Assim, evidencia-se que, embora houvesse leis que tratassem dessa problemática, ainda se mantinham cláusulas que invalidavam as denúncias e, por conseguinte, não auxiliavam as mulheres.

Em ambos os discursos autoficcionais analisados destacam a temática referente à violência contra mulheres no Chile – especificamente em relação à violência doméstica. Na obra *Mi país inventado* (2013), a narradora/autora narra sua experiência como jornalista durante o período em que viveu no Chile, relatando que:

*Entre los problemas más agudos ligados a la falta de esperanza, estaban el alcoholismo y la violencia doméstica. Muchas veces me tocó ver mujeres con la cara aporreada. Mi compasión caía en el vacío, porque siempre tenían una disculpa para el agresor: «estaba borracho», «se enojó», «se puso celoso», «si me pega, es porque me quiere», «¿qué habré hecho para provocarlo...?». Me aseguran que esto no ha cambiado mucho, a pesar de las campañas de prevención inventado.*<sup>24</sup> (ALLENDE, 2013, p. 82).

Nota-se que, ao final, a narradora/autora emite que terceiros a informam que a situação chilena ainda não se alterou, compreendendo-se que, dos anos em que ela teve contato com esses casos, até àquele presente, a situação permanece a mesma. Em *Mujeres del alma mía* (2020), a narradora/autora volta a se referir à violência contra as mulheres no Chile, em um tom mais opinativo e podendo até ser interpretado como mais revoltado do que o emitido na obra anterior, ao alegar que:

*Admito con vergüenza que Chile era entonces y sigue siéndolo uno de los países con más alto índice de violencia doméstica en el mundo, aunque es posible que esto se deba a que allí se denuncian los casos más que en otras partes y se llevan las estadísticas. Se da en todos los ámbitos sociales, aunque en las clases más altas se oculta. A veces no hay maltrato físico, pero la tortura psicológica y el abuso emocional pueden ser igualmente dañinos.*<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Tradução nossa: [...] se a mulher abandona o lar não pode assistir à proteção do Estado, já que não foi determinado um crime contra ela. (FELIU, 2009, p. 712).

<sup>24</sup> Tradução de Mario Pontes: Entre os problemas relacionados com a falta de esperança, dois dos mais agudos eram o alcoolismo e a violência doméstica. Muitas vezes vi mulheres com a cara arroxada. Minha compaixão caía no vazio, porque elas tinham sempre algo para desculpar o agressor: ‘estava bêbado, ‘chateou-se comigo’, ‘teve um ataque de ciúmes’, ‘se me bate, é porque me deseja’, ‘o que eu podia fazer para provocá-lo?’ ... Pelo que me dizem, isso não mudou muito apesar das campanhas de esclarecimento. (ALLENDE, 2014, p. 158).

<sup>25</sup> Tradução de Ivone Benedetti: Admito envergonhada que o Chile era então e continua sendo um dos países com mais alto índice de violência doméstica no mundo, se bem que isso talvez se deva ao fato de lá os casos serem mais denunciados que em outros lugares e de serem feitas estatísticas. Essa violência ocorre em todos os âmbitos sociais, embora seja escondida nas classes mais altas. Às vezes não há maus-tratos físicos, mas tortura psicológica

(ALLENDE, 2020, p. 140).

Dessa forma, observa-se um contraste, não de opiniões quanto à temática; mas, sim, de revolta – uma vez que, conforme o tempo entre a publicação das ditas obras, as condições vivenciadas pelas mulheres continuam a serem as mesmas do período em que a narradora/autora relatara sobre suas experiências enquanto jornalista.

Vale ressaltar que, com as manifestações feministas de 2018, pode-se afirmar que houve um alcance maior das vozes femininas, que se fizeram ser ouvidas. Ademais, Saavedra e Toro (2018) destacam que tal temática seria apenas uma parte de algo maior, funcionando como um mecanismo de controle por parte do sistema patriarcal, cujo objetivo seria “[...] *reproducir los roles socialmente asignados a mujeres y hombres. Ellas en las labores de cuidado en el ámbito privado-familiar; ellos en la producción en lo público*<sup>26</sup>” (SAAVEDRA; TORO, 2018, p. 138).

Nota-se que, mais do que impulsionar as manifestações acerca dos direitos das mulheres, o movimento feminista chileno articulou seu discurso ao englobar as problemáticas que envolvem a fragilidade democrática no país desde a restauração dos regimes civis. Dentro de uma perspectiva de gênero, Reys-Housholder e Roque (2019) alegam que é possível interpretar que as instituições democráticas, comumente criadas por homens, ao passo dos anos, vem privilegiando apenas interesses masculinos – ao invés de representar os interesses dos distintos grupos e as demandas referentes a todos os cidadãos chilenos.

A abertura do diálogo em prol de ajustes democráticos, realizada tanto pelo movimento feminista quanto por outras organizações sociais, fez com que, dos dias 14 a 18 de outubro de 2019, as ruas de várias cidades chilenas – em especial a capital, Santiago – fossem tomadas por protestos de distintos grupos que, segundo Mario Fernando Garcés Durán (2020), estavam contra: a desigualdade estrutural da sociedade; o acúmulo de abusos em relação aos serviços públicos; a precarização dos direitos sociais; e a impossibilidade de mudanças devido à Constituição de 1980, em vigor desde o Regime Militar. A respeito dessas manifestações, o autor enuncia que talvez não fosse possível a realização desse movimento se não houvesse a articulação entre as organizações tradicionais e as novas. Alega, ainda, que movimentos como o mapuche, o feminista, o estudantil e o ambientalista reforçaram, ao longo dos últimos anos, sua presença no espaço público.

Em *Mujeres del alma mía* (2020), a narradora/autora reflete sobre as manifestações de

---

e o abuso emocional podem ser igualmente danosos.” (ALLENDE, 2020, p. 148-149).

<sup>26</sup> Tradução nossa: [...] reproduzir as funções socialmente designadas a mulheres e homens. Elas no trabalho de cuidado no âmbito privado-familiar; eles na produção e no público. (SAAVEDRA; TORO, 2018, p. 138).



2019, retomando aspectos impostos ao Chile desde o período ditatorial. Já em *Mi país inventado* (2013), embora não haja menção necessariamente a respeito das manifestações após a imposição da ditadura, é perceptível, em seus enunciados, uma preocupação com a manutenção da Constituição de 1980, pois ela seria um resquício dos tempos de ditadura: “*Tan legalistas somos, que el general Pinochet no quiso pasar a la historia como usurpador del poder, sino como legítimo presidente, para lo cual tuvo que cambiar la Constitución.*”<sup>27</sup> (ALLENDE, 2013, p. 63). Nesse ponto, ironiza-se o fato de que os chilenos se preocupariam com suas leis a ponto de a própria ditadura produzir uma nova lei, que lhe asseguraria oito anos a mais no poder de maneira constitucional.

Como resultado das manifestações de 2019 e da articulação desses distintos grupos, em 25 de outubro de 2020, segundo o portal de notícias G1 (2020), 78% dos eleitores chilenos votaram favoravelmente na nova Constituição Federal, simbolizando um dos resquícios da ditadura militar. Vale destacar que uma das vitórias do movimento feminista chileno foi o fato de que, segundo o portal jornalístico Exame (2021), 50% dos 155 deputados responsáveis por elaborar a nova Constituição serão mulheres, fato inédito em uma elaboração constitucional.

Por último, em *Mujeres del alma mía* (2020), há o enaltecimento da participação fundamental do movimento feminista em seu país de origem. A narradora/autora destaca, ainda, um desejo do que ela, assim como outras mulheres, esperam para seu futuro, ao ressaltar que não se trata apenas de algo preso ao mundo subjetivo; mas, sim, de um projeto no qual, “[...] *entre todas podemos lograrlo*”<sup>28</sup> (ALLENDE, 2020, p. 167).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, compreendeu-se que, a partir do conceito pós-moderno de autoficção, muitas vozes femininas, sobretudo as que discursivamente enunciam desde uma perspectiva latino-americana, podem recorrer a temas considerados tabus na sociedade. Isso se deve devido ao fato de que esse gênero permite a recriação de suas experiências sem que ocorra um comprometimento com a verdade. Dessa forma, constata-se que tal recurso enunciativo é utilizado por Isabel Allende tanto em *Mi país inventado* ([2003] 2013) quanto em *Mujeres del alma mía* (2020). Nas obras, a autora reconta suas memórias sem seguir uma narrativa cronológica e aborda, também, histórias que não são apenas suas; mas, sim, de distintas pessoas

---

<sup>27</sup> Tradução de Mario Pontes: Tão legalistas somos, que o general Pinochet não quis passar à História como usurpador do poder, mas como presidente legítimo, para o que teve de mudar a Constituição. (ALLENDE, 2014, p. 119. Tradução por: Mario Pontes, Editora Bertrand, 2014).

<sup>28</sup> Tradução de Ivone Benedetti: [...] juntas, podemos conseguir. (ALLENDE, 2020, p. 179).

com quem compartilhou experiências ao longo da vida.

Assim sendo, buscou-se analisar fragmentos de ambas as obras a fim de identificar a representação das condições políticas e sociais das mulheres chilenas, com base nos recortes historiográficos do movimento feminista do país. Vale ressaltar que há uma correlação com o desenvolvimento da luta feminista chilena e as passagens de memória da narradora/autora em ambas as narrativas. É possível compreender, além disso, que as divergências entre as duas obras podem ser interpretadas devido ao aumento da revolta que a narradora/autora transmite em *Mujeres del alma mía* (2020) – tom interpretado como uma reação à perpetuação da violência contra a mulher no Chile, visto que o cenário não se alterou desde o período de residência da narradora/autora no país até os dias atuais. Essa revolta é transfigurada, também, nos movimentos feministas de 2018 e culmina nas mudanças constitucionais oriundas das manifestações de 2019 no país.

Compreende-se, portanto, que há a necessidade de abordar outras temáticas que envolvam a condição dessas mulheres que são transfiguradas nas vias do gênero autoficção – como passagens das obras que tematizam o divórcio e o aborto no Chile. Sob essa perspectiva, as presentes análises podem servir como base para futuras discussões a respeito das possibilidades da escrita autoficcional, produzida por mulheres, que se correlacionem com as propostas do movimento feminista.

Por último, as autoras do presente artigo agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a realização desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALLENDE, Isabel. **Mi país inventado**. Barcelona: Penguin Random House, 2013. [2003]

ALLENDE, Isabel. **Meu país inventado**. Tradução de Mario Pontes. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

ALLENDE, Isabel. **Mujeres del alma mía: sobre el amor impaciente, la vida larga y las bujas buenas**. Barcelona: Penguin Random House, 2020.

ALLENDE, Isabel. **Mulheres de minha alma: sobre o amor impaciente, a vida longa e as boas bruxas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2020. Tradução de: Ivone Benedetti.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura Comparada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

EXAME. ‘Nova Constituição do Chile: 50% feminina e com 10 povos indígenas’. **Exame**, Brasil, 15 mai. 2021. Disponível em: <https://exame.com/mundo/nova-constituicao-do-chile->

50-feminina-e-com-10-povos-indigenas/. Acesso em: 25 jul. 2021.

FAEDRICH, Anna Martins. **Autoficção**: do conceito teórico à prática na literatura brasileira contemporânea. 2014. 251 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5746>. Acesso em: 06 out. 2020.

FAEDRICH, Anna Martins. Autoficção: um percurso teórico. **Revista Criação & Crítica**, n. 7, 2016. p. 30-46. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica>. Acesso em: 18 jul. 2021.

FELIU, Verónica. ¿Es el Chile de la post-dictadura feminista? **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, n. 17, 2009. p. 701-714.

FIGUEIREDO, Eurídice. Autoficção feminina: a mulher nua diante do espelho. **Revista Criação & Crítica**: São Paulo, n. 4, 2010. p. 91-102. Disponível em: [https://www.fflch.usp.br/dlm/criacaoecritica/dmdocuments/08CC\\_N4\\_EFigueiredo.pdf](https://www.fflch.usp.br/dlm/criacaoecritica/dmdocuments/08CC_N4_EFigueiredo.pdf). Acesso em: 18 jul. 2021.

G1. ‘Chile aprova plebiscito histórico: por que é tão polêmica a Constituição que 78% dos chilenos decidiram trocar?’. **G1**, Brasil, 26 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/26/chile-aprova-plebiscito-historico-por-que-e-tao-polemica-a-constituicao-que-78-dos-chilenos-decidiram-trocar.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2021.

GARCÉS DURÁN, Mario Fernando. **Estallido social y una nueva Constitución para Chile**. Santiago: LOM, 2020.

GUARDÍA, Sara Beatriz. Literatura e escrita feminina na América Latina. **Anuário de Literatura**: Florianópolis, n. 1, 2013. p. 15-44.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea. *In*: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). **Rompendo o silêncio**: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Editora UFRS, 1995. p. 14-35.

REYES-HOUSHOLDER, Catherine; ROQUE, Beatriz. Chile 2018: desafíos al poder de género desde la calle hasta La Moneda, **Revista de ciencia política**: Santiago de Chile, n. 2, p. 191-216, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext%20&pid=S0718-090X2019000200191&lng=es&nrm=iso](https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext%20&pid=S0718-090X2019000200191&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 20 jul 2021.

RÍOS TOBAR, Marcela; GODOY CATALÁN, Lorena; GUERRERO CAVIEDES, Elizabeth. **¿Un nuevo silencio feminista?**: La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura. Santiago: Historiografica, 2020.

SAAVEDRA, Valentina; TORO, Javiera. La revuelta feminista: de lucha de las mujeres a la lucha por una nueva sociedad. *In*: FARIDE, Zerán Chelech. **Mayo feminista**: la rebelión contra el patriarcado, Santiago: LOM, 2018, p. 137-147.

*Recebido: 09/03/2022*  
*Aprovado: 17/06/2022*